

Comunicação pública da ciência e feminismo: estratégias do Projeto Vivas no instagram

Maíra Lemos
Marcelo Garcia
Simone Evangelista

Resumo:

Projeto Vivas, que auxilia o acesso ao aborto legal, na rede social *Instagram*. Com base em debates sobre o aborto como estigma social e epistemologias feministas, argumentamos que a perspectiva de gênero e o entendimento da Comunicação Pública da Ciência (CPC) como cultura são cruciais para promover debates qualificados sobre a cobertura do aborto como questão de saúde pública na mídia. Após uma análise de conteúdo das postagens realizadas entre setembro de 2021 e setembro de 2023 pelo projeto, concluímos que a combinação entre conhecimento científico e acolhimento às pessoas que gestam dialoga com a proposição de uma CPC feminista. A partir desse viés, no qual a mídia tem papel preponderante nas produções de sentido *sobre e a partir* da ciência, fomenta-se a produção de novos conhecimentos localizados pelas experiências de corpos atravessados por gênero, além do combate ao silenciamento desses mesmos corpos.

Palavras-chave: Comunicação pública da ciência. Feminismo. Mídia. Aborto.

Public Communication of Science and feminism: Projeto Vivas' strategies on Instagram

Abstract:

This article discusses the communication strategies of the non-governmental organization (NGO) Projeto Vivas, which helps people access legal abortion, on the social network *Instagram*. Based on debates on abortion as a social stigma and feminist epistemologies, we argue that a gender perspective and an understanding of the Public Communication of Science (PSC) as culture are crucial to promote qualified debates about the coverage of abortion as a public health issue in the media. After a content analysis of the Instagram posts made between September 2021 and September 2023 on the project's account, we concluded that the combination of scientific knowledge and welcoming people who are pregnant dialogues with the proposition of a feminist PSC. From this perspective, in which the media plays a preponderant role in the production of meaning about and *from* science, we encourage the production of new knowledge based on the experiences of gendered bodies, as well as combating the silencing of these same bodies.

Keywords: Public communication of science. Feminism. Media. Abortion.

Recebido em: 03.08.24
Aprovado em: 15.10.24

Maíra Lemos

Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia com ênfase em Antropologia pela UFRJ, possui especialização em Divulgação e Popularização da Ciência pela Fiocruz. É pesquisadora do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NEC-VU/UFRJ).

E-mail: lec.maira@gmail.com

Marcelo Garcia

Jornalista e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Docente da Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência, do Museu da Vida, filiado à Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).

E-mail: email.marcelogarcia@gmail.com

Simone Evangelista

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Programa Prociência/UERJ.

E-mail: simone.evangelistacunha@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 21, n. 1, jan./jun. 2024
ISSNe 1984-6924

Introdução

A discussão midiática sobre o aborto no Brasil é dividida por julgamentos morais e pela ótica jurídico-criminal (Rocha *et al.*, 2018; Luna, 2017). Além disso, a difusão de desinformação sobre o procedimento (Löwy e Corrêa, 2020) em detrimento de informações qualificadas pelas evidências de saúde pública e do acesso ao procedimento previsto em lei (Rocha *et al.*, 2018) contribui para números alarmantes. Desde os anos 1990, o aborto clandestino permanece entre a terceira e quarta causa de morte materna no país (Brasil, 2009). Em um movimento para agravar ainda mais esse panorama, parlamentares tentaram aprovar, em caráter de urgência, o projeto de lei 1904/2024, equiparando o aborto legal após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio. Após intensa mobilização, a discussão foi postergada. O episódio, porém, reforça a relevância do debate público e qualificado sobre o tema no Brasil.

Nesse contexto, o presente estudo analisa a atuação da organização não-governamental (ONG) brasileira Projeto Vivas na rede social *Instagram* sob um olhar da Comunicação Pública da Ciência (CPC) com perspectiva feminista. A iniciativa auxilia meninas e mulheres no acesso ao aborto legal, seja no Brasil ou no exterior, além de promover uma discussão mais ampla sobre o aborto em geral, enquanto tema de saúde pública e justiça reprodutiva. Compreendemos a página como um ambiente de comunicação estratégico para o combate a estigmas e informações que dificultam o acesso de pessoas que gestam ao aborto legal e seguro, perpetuando violências de gênero. Desse modo, a pergunta orientadora da pesquisa foi: como a divulgação científica pode contribuir para a desestigmatização social do aborto? Nesse sentido, o estudo se aprofundou em como a divulgação científica de viés feminista é fundamental para comunicar a ciência sobre temas controversos.

Para tanto, o trabalho está organizado em três sessões. Na primeira, discutimos a relação entre aborto legal e estigma no Brasil, abordando o papel das restrições à informação como entraves para o acesso ao serviço e à redução de danos consequentes de abortos clandestinos que compõem as taxas de morbimortalidade materna. Na sequência, propomos a CPC com perspectiva feminista como uma diretriz relevante na construção de estratégias comunicacionais direcionadas à justiça social e reprodutiva. Por fim, analisamos os conteúdos do *Projeto Vivas* no *Instagram* durante cerca de dois anos, de setembro de 2021 a setembro de 2023, observando a relação entre o trabalho da organização e a emergência de novos conhecimentos localizados pelas experiências de corpos que abortam.

Aborto e estigma social

Segundo Chagas e Massarani (2020), com a popularização do acesso à internet na era da desinformação, a divulgação científica deve compreender três dinâmicas: a) as informações em saúde devem facilitar à população a acessar os serviços tradicionais de saúde; b) apesar de haver informações públicas disponíveis na internet, sua linguagem pode não estar compreensível para todos os grupos sociais, o que deve ser facilitado pelo produto de comunicação; c) em consequência, além da falta de clareza de produtos específicos, a internet contém diversas informações falaciosas, o que dificulta o alcance das informações seguras em saúde. Por fim, “a criação e disseminação proposital de *fake news* ou de falsas controvérsias [...] são instrumentos poderosos para semear a dúvida e atrasar ou prejudicar tomadas de decisões coletivas” (p. 46).

Como tem-se observado, mesmo que a tecnologia para um aborto seguro esteja disponível e ratificada por instituições nacionais e internacionais de ciência e saúde, ainda que o aborto tenha previsões legais e serviços disponíveis (ao menos em teoria), o conhecimento sobre aborto legal não chega para grande parte da população que necessita dos atendimentos. É nesse contexto que o direito à informação e conhecimento sobre aborto seguro compõem o entendimento dos direitos sexuais e reprodutivos através dos direitos humanos das pessoas que gestam. Argumentamos que a falta de acesso a essas informações ajuda a perpetuar o estigma social e fundamenta debates permeados por desinformações que até hoje moldam as relações entre os profissionais de saúde e as mulheres que procuram pelo atendimento em saúde (Adesse *et al.*, 2016) para o aborto no Brasil.

O conceito de estigma social é definido por Goffman (1981) como uma marca física ou social que participa das interações sociais ao ser incorporada ao *self* dos atores sociais. Nesse sentido, os estigmas sociais moldam a sociabilidade dos atores, sendo que os atores estigmatizados incorporam o estigma nas interações da vida cotidiana. Da mesma forma, o estigma social também molda as relações sociais que outros atores têm com o ator estigmatizado. Segundo o autor (1981), os estigmas podem ser deformações no corpo, comportamentos desviantes das normas sociais ou de marcas “tribais” ligadas à raça, nacionalidade e religião. Dessa forma, “por definição, é claro, acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (1981, p. 15). Segundo Adesse *et al.* (2016), as mulheres que abortam propositalmente podem estar associadas ao estigma de “um coletivo de mulheres malditas: mães e esposas más e egoístas” (p. 3826) que devem ser desvalorizadas socialmente por sua “identidade deteriorada”. Assim, a rejeição à maternidade é vista como um desvio das normas sociais atribuídas às mulheres, vinculando a elas a imagem de desacreditáveis. É nesse sentido que o estigma do aborto opera de forma a silenciar e culpar as pessoas que intentam e autoprovocam abortos, mesmo nos casos que são previstos em lei.

Historicamente, a atuação de grandes veículos de comunicação tem contribuído para a disseminação desses estigmas no Brasil. Löwy e Corrêa (2020) relatam como esses veículos foram responsáveis por divulgar, no início dos anos 1990, um estudo que se mostrou equivocado sobre os efeitos associados ao aumento de malformações fetais e o uso do medicamento misoprostol. As autoras demonstram que, ainda hoje, setores anti-direito ao aborto utilizam a desinformação para criminalizar o medicamento e o acesso ao aborto, além de reforçar no imaginário popular o estigma social de pessoas com deficiência como “monstros” ou de “crianças abortadas”: são crianças que nasceram com malformações, supostamente, por suas mães terem praticado um aborto malsucedido durante a gestação. Além disso, vinculam a prática do aborto ilegal ao pecado – um ato passível de ser punido não somente pela lei, mas pela culpa de poder provocar a atipicidade nos filhos.

Rocha *et al.* (2018) analisaram a cobertura midiática eletrônica da *Folha de São Paulo* e do *El País* durante a audiência pública da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, no Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, e a discussão da descriminalização do aborto no Senado argentino, ambos ocorridos em 2018. Segundo os autores (2018), a temática do aborto foi apresentada majoritariamente nas colunas de opinião por especialistas em saúde reprodutiva, ativistas e jornalistas. Nesse sentido, apontam que a polarização dos discursos entre religiosos e cientistas reforça as abordagens na esfera criminal, invisibilizando o aborto como uma questão de saúde pública. Desse modo, não há aprofundamento na complexidade do aborto no campo da saúde, como os efeitos do estigma social, da redução da morbimortalidade materna e do acesso ao aborto legal.

Em direção similar Costa *et al.* (2023) criticam a cobertura midiática brasileira sobre o aborto, fortemente influenciada por configurações históricas e culturais da ciência moderna. Segundo as autoras,

a cobertura midiática, quando amparada por valores moderno-coloniais, apresenta uma narrativa insuficiente e limitada para a complexidade de uma vivência prática de mulheres e de seus direitos. Trata-se de um posicionamento recorrente de jornalistas ao relatar as violências físicas, feminicídios e violências simbólicas às quais mulheres são submetidas, por vezes violentando em espiral as próprias vítimas, conforme as fontes que acessam, a superficialidade, ou as abordagens guiadas por julgamentos morais, e misóginos (Costa *et al.*, 2023, p. 7).

Uma vez que a discussão do aborto é destacada pelo viés da criminalização, as pessoas amparadas pela lei não sabem dos seus direitos e têm medo de recorrer às autoridades de saúde ou de justiça. Além disso, o estigma social também repercute na forma como os próprios profissionais de saúde lidam com o aborto legal. Em uma análise sob a ótica dos profissionais de saúde frente ao advento do misoprostol, de Zordo (2016) conclui que

a estigmatização do aborto e, em particular, do aborto autoprovocado com misoprostol pode ser considerada um efeito perverso da biomedicalização da contracepção disponível nos serviços públicos de planejamento familiar. Isso porque fez da gravidez indesejada e do aborto algo menos moral e socialmente aceitável no Brasil e em outros países com leis de aborto mais liberais, inclusive nos países europeus (p. 31).

Em um cenário marcado pela ascensão da extrema-direita, fornecer informações sobre aborto seguro – legal ou ilegal –, justiça reprodutiva, redução de danos e evidências do aborto medicamentoso tem sido alvo de *lawfare* (Gloppen, 2021) com perseguições criminais associadas à “apologia ao crime”, segundo o Art. 281 do CP¹. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 2017, quando a médica Débora Campos foi processada criminalmente por publicar um vídeo-manual da redução de danos para o abortamento inseguro em seu canal no Youtube².

Enquanto os profissionais de saúde atuam em ambientes estigmatizados e sob insegurança jurídica, o deslocamento do aborto como questão de saúde pública para um problema criminal se estende desde a criminalização da disseminação de informação à produção do conhecimento científico – como destacam Diniz e Corrêa (Brasil, 2009) sobre o problema ético-jurídico a que são submetidas pesquisadoras e pesquisadas – e impede práticas de divulgação científica. Nesse panorama de restrições à informação, para que os serviços de aborto legal se concretizem com menos óbices do estigma social, é necessária uma comunicação qualificada em aborto, com informações seguras e confiáveis, de modo que o debate público também possa se desenvolver à luz da ciência para a consolidação de políticas públicas e da garantia de direitos.

CPC com perspectiva de gênero

Para Davies e Horst (2016), a CPC é definida como “ações organizadas que procuram comunicar o conhecimento científico, suas metodologias, processos e práticas em situações nas quais não-cientistas são reconhecidos como uma parte do público” (p. 4). Ela tem importância na medida em que atua em três pontos distintos: 1) no bem-estar dos indivíduos; 2) na democracia; 3) na identidade e cultura da população. No primeiro ponto, as autoras indicam que o conhecimento produzido pela ciência, para ter efeito na sociedade, deve ser comunicado na forma a se tornar relevante para que as pessoas possam usufruir dos benefícios da ciência, seja em questões tecnológicas, ambientais, de saúde etc., ou para entender melhor sobre suas vidas e como se posicionar no mundo. No segundo ponto, a

¹ Apologia de crime ou criminoso: Art. 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime. Pena: detenção, de três a seis meses, ou multa.

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8krYRPSIIsU&t>. Acesso em: 01 fev. 2024.

população deve ter conhecimento sobre como a ciência é produzida para que os indivíduos possam engajar em processos de tomada de decisão, caso contrário, a consequência pode ser uma sociedade polarizada: de um lado, adeptos da ciência e a sua construção; de outro, parte da população que não teria acesso ao conhecimento para acompanhar, compreender – ou mesmo acreditar – no desenvolvimento científico. Como último ponto, a CPC se relaciona com a formação da nossa identidade e cultura, uma vez que a vida cotidiana está imbricada à ciência e tecnologia – às vezes, de maneira invisível pela familiaridade do uso, como em medicamentos, alimentação, meios de transporte e comunicação, mas ocasionalmente de maneira essencial, como no acesso à prevenção, tratamentos e diagnósticos de doenças. É na construção da identidade e da cultura que as autoras propõem uma abordagem da CPC por um enquadramento cultural.

Nesse sentido, a CPC como cultura permite compreender as produções de sentidos compartilhados sobre a ciência, de modo que ela é aproximada da vida cotidiana e parte integrante de identidades, mais do que como uma transferência e/ou troca de conhecimentos. Dessa forma, auxilia no entendimento do “seu papel na geração de recursos e criação de expectativas, emoções e afetos” (Davies e Horst, 2016), p. 9). Retomando o conceito de cultura definido por Stuart Hall, no qual o processo cultural definido pelo autor se assemelha ao modelo dialógico, com conhecimentos múltiplos produzindo trocas e compartilhamento de significados, Davies e Horst aproximam a comunicação da ciência a uma prática cultural. Para análise e planejamento de ações de comunicação da ciência que se aproximem desse enquadramento, as autoras sugerem um conjunto de categorias conceituais. Nesta pesquisa, nos interessamos especialmente pelas categorias de *identidade*, *emoção* e *afetos* e *cidadania científica* (Davies e Horst, 2016).

A *identidade*, para as autoras, é construída na comunicação ao produzir sentidos sobre a ciência. Assim, a apresentação do cotidiano dos cientistas, as instituições em que trabalham e quem são essas pessoas constroem o componente representativo da identidade científica. Para a CPC, em uma perspectiva feminista, uma discussão pertinente à identidade científica é justamente a ausência das mulheres como cientistas no imaginário popular, ou mesmo, a escassez delas em instituições de pesquisa e em áreas específicas do conhecimento. Nesse sentido, grande parte das pesquisas e práticas feministas em divulgação científica são destinadas à investigação histórica da presença das mulheres na ciência (Guimarães e Oliver, 2013; 2017), de propostas de divulgação científica inclusiva para mulheres (Finlay *et al.*, 2019; Reznik e Massarani, 2022) e em ações que estimulem meninas a se apoderar do conhecimento de áreas da ciência e tecnologia (Reznik, 2022). Muito embora o Projeto Vivas não se caracterize como uma instituição científica, focada na discussão da identidade e representação dos cientistas, a ONG se enquadra em uma *identidade institucional* que é construída pelo uso e a partir da ciência. Desse modo, o Projeto Vivas é compreendido nesta categoria ao definir sua identidade e atuação por meio das evidências trazidas pela ciência, como no combate ao estigma social e a disseminação de informação sobre aborto seguro de acordo com métodos cientificamente comprovados.

A categoria *emoção* e *afeto* surge sobre os aspectos não-discursivos da CPC. O *Instagram* é, antes de tudo, uma plataforma de compartilhamento de imagens e vídeos. Recorrendo à sociologia da imagem de Regula Burri, Davies e Horst (2016) sugerem três conceitos elaborados pela autora para uma compreensão dos aspectos imagéticos e emocionais da narrativa: 1) o de *valor visual* referente à qualidade do uso das imagens na comunicação; 2) a *performance visual* na compreensão sobre os processos sociais presentes no enquadramento; 3) a *persuasão visual* para refletir sobre as mensagens e argumentos que as imagens carregam.

Por fim, a categoria de *cidadania científica* atrelada à CPC está relacionada à apropriação do conhecimento científico. Desse modo, a capacidade construtora

da comunicação da ciência está, sobretudo, em reconhecer nas experiências pessoais o seu caráter coletivo, em promover reflexões no interior da sociedade de maneira a movimentar indivíduos e grupos sociais a se melhor posicionarem em questões cívicas e políticas. Essa capacidade é especialmente relevante em temas controversos, uma vez que “nesse contexto, a comunicação da ciência é intrinsecamente política ao invés de um bem público neutro, como é retratado nas visões iluministas da sociedade democrática” (Davies e Horst, 2016, p. 36). Assim, a CPC tem a capacidade de construir um olhar crítico capaz de situar os indivíduos não somente sobre “descobertas” científicas, mas a se engajarem no acesso às tecnologias e no desenvolvimento da ciência por uma perspectiva do que é melhor para as suas vidas, seja na esfera individual ou coletiva. “A comunicação da ciência, pensamos, deveria focar em *empoderar cidadãos*” (Davies e Horst, 2016, p. 207, grifo das autoras). Assim, pesquisar a divulgação científica praticada por ONGs, movimentos sociais e coletivos pode contribuir para uma melhor compreensão de como comunicar ciência vinculada ao seu dever e perspectiva política.

Nesta direção, é particularmente útil analisar incursões desses atores em redes sociais digitais, que têm sido objeto de análises diversas em virtude do seu potencial articulador de discursos contra-hegemônicos (Martinez, 2019; Sarmiento, 2022). O *Instagram*, rede social pautada por conteúdos visuais, configura-se como um desses espaços de grande relevância para processos que incluem socialização, circulação de notícias e mobilizações ativistas feministas (Tarullo e Sampietro, 2022). Tais processos frequentemente são atravessados por formas de emotividade que emergem das imagens e sua capacidade de traduzir as vivências das mulheres envolvidas (Dall’Orso-Swayne e Arbaiza, 2021), materializando um “olhar desafiador das normas que as colocam em uma posição subordinada” (Prudencio *et al.*, 2021, p. 86).

Tendo em vista que não existe uma ciência da verdade, mas uma pluralidade científica com as suas escolhas epistemológicas e políticas (Ávila, 2011), entendemos que a atuação de projetos como o Vivas se localiza no espectro de uma CPC de agenda feminista (Lewenstein, 2019). Para o aprofundamento em uma proposta epistemológica feminista na ciência, em contraposição à promessa de objetividade da ciência de origem positivista, Haraway (2009) propõe à pesquisa científica uma objetividade feminista, definida a partir do seu lugar localizado, particular e corporificado. Nesse sentido, saberes localizados têm um potencial de produzir novas inteligibilidades, diferentes das afirmadas por uma objetividade de percepção única ou universal de mundo.

Já na divulgação científica, para Halpern (2019), a perspectiva feminista contribui para a CPC em três pontos, tanto em sua prática como para pesquisa: 1) um melhor entendimento do público a quem se comunica; 2) na localização da ciência que é comunicada; 3) na compreensão de quais ciências fazem parte da sua comunicação, e como elas se relacionam nos espaços da divulgação científica.

Como será apresentado a seguir, as epistemologias feministas na ciência têm uma abordagem teórico-metodológica preocupada com o estigma social do aborto, já que este impede a sua prática segura, tornando o fenômeno um problema de saúde pública, vinculado ao sofrimento, culpa, insegurança e morte de meninas e mulheres. Todavia, desde o acesso à tecnologia do aborto medicamentoso, movimentos de mulheres tem produzido novas experiências de abortos autogestionados, seguros e compartilhados (McReynolds-Pérez, 2017; Souza, 2021) em espaços que buscam romper com o estigma do aborto através do acolhimento de quem deseja abortar. Exemplos nessa direção emergem na mobilização de imagens, corpos e afetos acionados por movimentos sociais que atuam na legalização do aborto na Argentina, apontando para o que Gomes (2019) chama de “coreografias de transgressão”:

A experiência de vitimização e morte dá lugar a outras experiências sobre aborto, que podem incluir afetos negativos como culpa, dor e vergonha, mas não se limitam a eles. Alegria, paz, alívio, liberdade, cuidado e solidariedade também estão presentes e devem ser visibilizados e até celebrados (p. 8).

Segundo a autora (2019), o trabalho de politização do aborto realizado pelos coletivos feministas proporcionou as produções de novos sentidos e afetos sobre o aborto, o que as ativistas atribuem a uma “epistemologia socorrista”, elaborada a partir da tradução do saber-médico para uma prática de saber-ativista. Dessa forma, novos saberes são produzidos no interior dos coletivos que atuam no limiar da legalidade de acolher, falar e compartilhar experiências de aborto. Em pesquisa sobre a atuação de coletivos de mulheres que auxiliam um aborto seguro farmacológico na Argentina e México, Souza (2021) destaca o ativismo construído em marcos teóricos e ideológicos feministas para uma descriminalização *social* do aborto:

Mais importante do que a regulamentação da prática, atuam para o combate ao estigma e visam a descriminalização social do aborto, que pode vir antes ou depois de uma mudança na lei. É essa descriminalização social, entendem, que permite que mais pessoas vivam a experiência do aborto sem medo, com acesso à informação e com a utilização de métodos seguros (p. 224-225).

É a partir da CPC como cultura, fundamentada em uma ciência feminista que reconhece e se desenvolve nas bases de equidade de gênero, a fim de propor soluções às violências e desigualdades sociais, que analisamos as práticas de comunicação da ciência em aborto pela ONG Projeto Vivas.

Metodologia e resultados

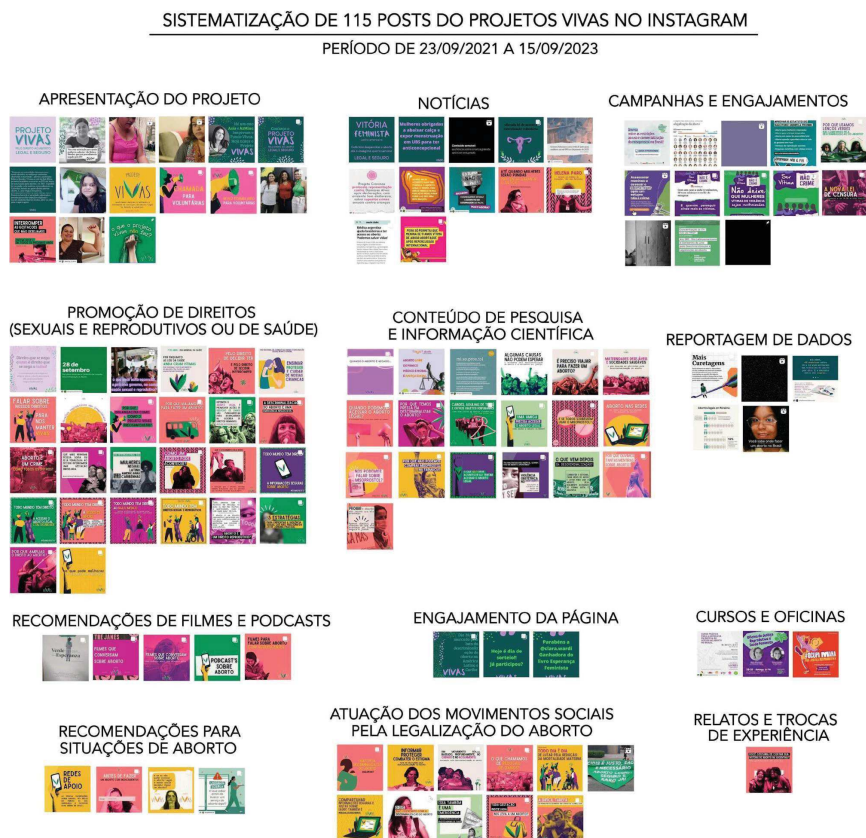
Utilizamos o método de análise de conteúdo tal como descrito por Gomes (2002). Segundo o autor, a análise de conteúdo “diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos” (p. 74) de modo a dialogar com a proposta teórica. Para a organização dos dados coletados, o autor propõe as escolhas da unidade de registro e unidade de contexto.

A unidade de registro é referente “aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem” (Gomes, 2002, p. 75). Sendo assim, catalogamos as postagens do Projeto Vivas a partir de seus elementos textuais, imagéticos e temáticos da conta para relacionar cada um dos elementos com as categorias propostas. Para melhor visualização, as postagens foram organizadas em 12 temáticas dentro de um recorte temporal que abrange dois anos de publicações, desde a primeira postagem, no dia 23 de setembro de 2021, até o dia 15 de setembro de 2023, conforme a Figura 1.

É possível dividir a linha do tempo de postagens em dois momentos: a primeira fase do surgimento da página, com maior enfoque na apresentação do projeto e a sua fundadora, Rebeca Mendes. A brasileira ficou conhecida nacionalmente ao escrever uma carta para o Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando a interrupção de uma gestação indesejada em 2017. Com a negativa da ação, utilizou o serviço de aborto legal na Colômbia, onde foi aceita após a constatação de que a gestação era danosa à saúde psicológica. Além dessas informações, a primeira fase também apresenta a reprodução de outros conteúdos, como matérias jornalísticas, denúncias e questões políticas que permeiam a questão do aborto. Já a segunda fase é marcada pela definição de uma identidade visual e termos que apresentam as diretrizes ideológicas do projeto, como os direitos sexuais e reprodutivos, o estigma social do aborto, formas seguras de abortar como redução de danos à saúde e o acesso ao aborto seguro e justo para todas as pessoas que gestam.

Para Gomes (2002), ainda que a proposta de análise de conteúdo seja qualitativa, as características quantitativas também devem ser levadas em consideração na análise. Desse modo, dos 12 recortes temáticos registrados, seis têm maior preponderância nas postagens: a apresentação do projeto, as notícias, campanhas e engajamentos (presenciais ou virtuais), a promoção de direitos (sexuais e reprodutivos ou de saúde), conteúdo de pesquisa e informação científica e a atuação dos movimentos sociais pela legalização do aborto.

Figura 1: Temáticas das postagens do Projeto Vivas



Fonte: Instagram

A partir de uma primeira observação quantitativa dos tipos de postagens, é possível afirmar que as narrativas de atuação dos movimentos sociais e conhecimentos científicos articulados aos direitos sexuais e reprodutivos é um dos pontos predominantes na comunicação produzida pelo Projeto Vivas. Após a apresentação das temáticas trazidas pela ONG, propusemos uma análise contextual do conteúdo coletado. A unidade de contexto é direcionada à contextualização das referências contidas nas postagens (Gomes, 2002). Assim, tivemos como objetivo analisar a atuação do Projeto Vivas dentro dos preceitos de uma CPC de enquadramento cultural e perspectiva feminista. A seguir, a partir das unidades de registro e de contexto que definiram os elementos que embasaram a observação do conteúdo, apresentamos os resultados da aplicação das categorias de análise definidas anteriormente.

1) Identidade

É possível afirmar que, no que diz respeito à identidade, o Projeto Vivas surge a partir de duas questões trazidas pela ciência, uma como conceito e outra como evidência empírica: o estigma do aborto e a ineficácia dos serviços de aborto legal. Entre as informações fundamentadas na ciência, predominantes nas postagens da

temática de “conteúdos científicos”, mas que também aparecem entrelaçadas em outras temáticas, o aborto é representado como um evento comum na vida reprodutiva – seja espontâneo ou provocado, indiferente aos períodos históricos, ainda que o aborto legal atualmente esteja sob o domínio médico-jurídico. Em ambas as situações, o aborto é estigmatizado na sociedade, sendo que o luto das mulheres que perderam uma gestação desejada é invisibilizado e a violência obstétrica é perpetuada nos pós-abortamentos.

A ONG também constrói uma identidade institucional apoiada na valorização das evidências científicas e calcada na questão do acesso à informação para o combate ao estigma social e promoção do aborto legal e seguro. Por um lado, destaca-se como a criminalização do aborto restringe o procedimento (atualmente seguro pela via farmacológica) ao controle hospitalar, sujeita-o ao estigma social e pouco qualifica o debate em relação à democratização dos abortamentos legais e a humanização dos cuidados pós-abortamentos. Por outro, o Projeto Vivas enfoca como a falta de informação resulta no isolamento de meninas e mulheres, aumentando as condições de vulnerabilidade de quem recorre à clandestinidade para fazer um aborto. Essa narrativa que apresenta as múltiplas facetas do aborto insere a ONG nas discussões mais contemporâneas das pesquisas de campo que tratam sobre as vivências de criminalização do aborto pelas quais passam meninas e mulheres. Sobressai, ainda, a inclusão transfeminista em grande parte das postagens ao direcionar os direitos sexuais e reprodutivos às meninas, mulheres e corpos que gestam, uma pauta presente nas reivindicações de melhorias do atendimento em saúde que não compreendem os corpos e sexualidades divergentes dos padrões cisnormativos e heterossexuais³. Assim, além do uso da ciência para atuar concretamente na garantia do acesso ao aborto seguro, o conteúdo das postagens formuladas a partir de conhecimentos científicos reforçam a identidade institucional do Projeto Vivas, conforme a Figura 2. A apresentação dos atores, percursos e objetos que fazem parte dos procedimentos de um aborto seguro baseado em evidências constroem a identidade da ciência através da imagem.

Figura 2: Identidade institucional



Fonte: Instagram

³ Para um aprofundamento nos problemas de atendimento em saúde para a população queer e as políticas de direitos sexuais e reprodutivos para a população transgênero no Brasil, principalmente em casos de gestação e abortamento, ver Angonese e Lago (2017).

2) Emoções e afetos

Nas imagens com conteúdos “estritamente” científicos, é possível ver as mulheres manifestando repúdio aos abortamentos inseguros, como representado historicamente pelos cabides nas manifestações pelos direitos das mulheres: agora elas podem recorrer aos medicamentos e abortos provocados com segurança. As imagens, inicialmente atreladas às cores de bandeiras feministas, ganham cores vivas que chamam a atenção para os seus desenhos e colagens, como visto na Figura 3. É possível verificar as tecnologias e emoções que fazem parte dos itinerários abortivos: computadores, celulares, sites de busca e rostos inquietantes. As fotografias recortadas retratam os afetos compartilhados ou expõem performances reivindicatórias de mulheres com megafones e ocupando as ruas. São apresentados os símbolos dos movimentos de luta das mulheres. O uso do lenço verde, símbolo da Maré Verde dos movimentos pela legalização do aborto, compõe parte majoritária dos conteúdos científicos. O acolhimento entre mulheres é componente integrante do combate ao estigma social, e o encontro delas em espaços de luta e convívio reflete emoções de felicidade, abraços calorosos e choros compartilhados.

Figura 3: Emoções e afetos



Fonte: Instagram

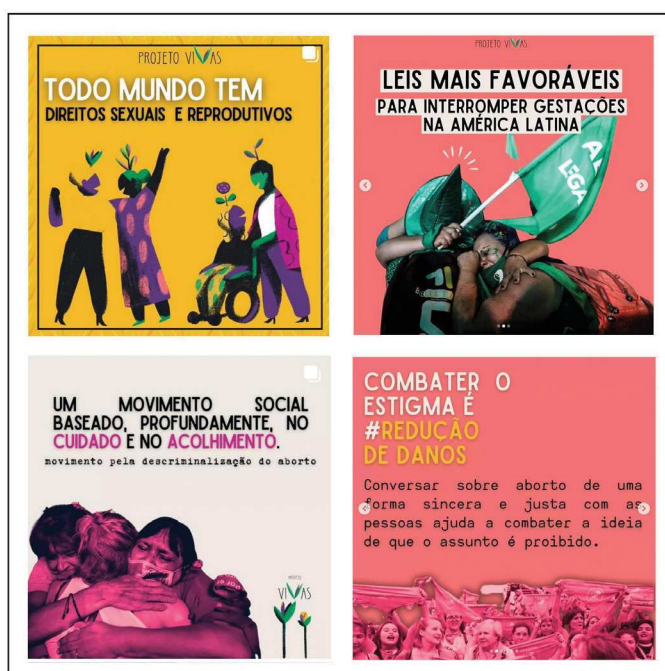
Para a quebra do silêncio dos abortos vivenciados, o que é possível ver com a imagem de uma adolescente que parece se sentir solitária, e contribuindo para a representação do aborto em uma dimensão cultural que retrata a vida de corpos gestantes, há indicações de documentários, podcasts, livros e músicas. A combinação do afeto e emoção ao conteúdo tipicamente científico, caracterizado pela apresentação de dados sociais, fatos históricos e tecnologias de aborto seguro chama a atenção por desvincular uma representação de ciência imparcial ou neutra, bem como da fleuma calculista do cientista que é intermediada por instrumentos de pesquisa. Dialogando com uma epistemologia feminista (Haraway, 2009), a ciência é entrelaçada pela ótica mais particular da vida das pessoas, em suas emoções, no seu cotidiano e pelos modos de se colocarem no mundo.

3) Cidadania científica

Ao lançar mão da defesa de redução de danos e dos direitos sexuais e reprodutivos, o Projeto Vivas se posiciona como uma organização ao lado dos movimentos sociais: com o esclarecimento de que se baseia dentro de diretrizes reconhecidas internacionalmente de tratados e acordos assinados em convenções de direitos humanos, a ONG situa as informações científicas que divulga em uma arena política: a que visa garantir o direito à vida e saúde das mulheres.

O histórico de ativismo dos movimentos sociais não é apenas uma forma de militância, mas compõe a história que integra a construção de direitos por justiça social. As campanhas e ações nas ruas são pontos de encontro entre cientistas, ativistas e o público leigo. Aqui, a identidade científica da ONG é intrinsecamente ligada à cidadania científica, na qual as marchas e disseminação das informações de acesso a um aborto seguro compõem a imagética da ciência somada ao ativismo e reivindicação do direito à saúde e à vida das pessoas que querem interromper uma gestação.

Figura 4 – Cidadania científica



Fonte: Instagram

As hashtags estão presentes para engajar a comunicação do #projeto-vivas em uma abordagem de #reduçãodedanos, e o #aborto e #abortolegal dentro da concepção de que #éumdireito. Nesse sentido, assim como uma ciência feminista que rompe com uma neutralidade e imparcialidade do conhecimento científico a partir de uma epistemologia feminista que tem como horizonte a justiça social interseccionalizada por gênero e outros recortes (Haraway, 2009), a atuação do Projeto Vivas tem uma práxis política informada pela ciência para a emancipação social, do acesso às políticas públicas e redução das desigualdades de gênero. É entrelaçando o conhecimento científico a uma perspectiva de garantia de direitos das pessoas que gestam que a ONG promove uma divulgação científica feminista.

Em resumo, com apresentação da realidade do aborto, legal ou não, no Brasil e no exterior, a ONG dissemina informações que ajudam a entender as políticas de aborto e o acesso a um aborto seguro. Ao reconhecer as dificuldades de um aborto seguro em contexto de clandestinidade e a ineficiência das políticas públicas para

assegurá-lo nos casos legais, a narrativa do Projeto Vivas traz ao primeiro plano o estigma do aborto como operador das desigualdades e silenciamentos das mulheres, capaz de reduzir suas chances de vida (Goffman, 1981). A partir de novas experiências de acesso ao aborto desejado em qualquer circunstância no exterior, instiga o público a falar sobre os seus abortos justos e seguros – uma nova narrativa desvinculada do estigma social, possível pelo acolhimento das pessoas que procuram abortar. Em contexto nacional, circunscreve a narrativa à redução de danos em saúde, em direção à política do cuidado para reduzir a insegurança do aborto no Brasil. É convergindo os direitos historicamente construídos e conhecimento científico que o Projeto Vivas reitera os seus objetivos nas redes sociais: por um aborto justo e seguro.

Considerações

Neste artigo, destacamos como a CPC pensada a partir de um viés feminista pode fornecer alternativas de combate ao estigma social sobre o aborto. Para tanto, buscamos sobretudo o aporte teórico-metodológico da CPC como cultura para explorar e construir um cenário de acolhimento científico e feminista, longe dos olhares do controle punitivo e repressão moral, localizado na comunicação do Projeto Vivas no *Instagram*.

Compreendemos que, ao retratar as emoções e afetos sentidos por quem procura por informações confiáveis, entrelaçadas por ciência e direito, o Projeto Vivas enquadra representações outras de histórias não-contadas sobre um aborto desejado e acolhido. Além disso, apresenta informações que contrapõem as discussões científicas (e, consequentemente, o imaginário social) hegemônicas sobre o aborto na mídia, ainda muito relacionadas às mortes e procedimentos malsucedidos. Em um espiral que se retroalimenta, essas representações hegemônicas sobre o tema reforçam a criminalização e inacessibilidade aos serviços de aborto legal.

Ao deslocar o aborto dessa caracterização estigmatizada e apresentar, por evidências científicas, a sua prática segura, a iniciativa não somente reforça que o procedimento não precisa ser circunscrito a inseguranças e sofrimento, mas também a ciência é potencializada em seu papel de garantir a vida e dar suporte ao desejo das mulheres. Por essa perspectiva, mais pessoas podem se identificar e buscar informações científicas sobre o aborto provocado de maneira segura e justa, de modo a enriquecer o debate público do direito ao aborto com base em fundamentos da ciência que encontram a justiça reprodutiva feminista.

A comunicação do Vivas se insere em um contexto no qual a politização dos fatos científicos parece ser determinante para produzir e divulgar conhecimento em temas controversos, da forma que os direitos civis de acesso à saúde e educação possam ser assegurados. Enquanto as experiências de aborto forem atravessadas por condenações e estigma social, a ciência também estará restrita a se desenvolver nestes mesmos pilares. A CPC feminista, ao mesmo tempo que abarca uma pluralidade de pontos de vista, enquadra novos cenários que potencializam projetos de mundos inovadores, mais inclusivos e tão complexos quanto as vidas atravessadas por gênero. No encontro do direito à saúde, à informação e aos direitos sexuais e reprodutivos, a produção de conteúdos sobre o aborto pode recorrer à CPC feminista para quebrar o ciclo de violência que impede a cidadania plena e impõe o silenciamento aos corpos que gestam.

Referências

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade*, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 256-270, 2017.

ADESSE, Leila; BONAN, Claudia; SILVA, Katia Silveira da; FONSECA, Vania Matos. Aborto e estigma: uma análise da produção científica sobre a temática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 12, p. 3819-3832, 2016.

ÁVILA, Gabriel da Costa. A luta pela verdade é uma luta política. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, ANPUH, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil**. Brasília, 2009.

CHAGAS, Catarina; MASSARANI, Luisa. **Manual de sobrevivência para divulgar ciência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

COSTA, Verônica Soares da; GONÇALVES, Juliana Soares; LIMA, Bárbara; FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Direitos reprodutivos e ciência: perspectivas feministas sobre o jornalismo científico de Gênero e Número. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 32., São Paulo, *Anais [...]*. São Paulo, 2023.

DALL'ORSO-SWAYNE, Valeria; ARBAIZA, Francisco. *Instagram* como plataforma de ciberativismo de *influencers* no-políticas a favor de movimentos feministas em Perú. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, vol. 40, n. 1, p. 127-138, 2021.

DAVIES, Sarah; HORST, Maja. **Science Communication: culture, identity and citizenship**. 1ª edição. Londres: Palgrave MacMillan, 2016.

DE ZORDO, Silvia. The biomedicalisation of illegal abortion: the double life of misoprostol in Brazil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 19-35, jan./mar. 2016.

FINLAY, Summer May; RAMAN, Sujatha; RASEKOALA, Elizabeth; MIGNAN, Vanessa; DAWSON, Emily; NEELEY, Liz; ORTHIA, Lindy. From the margins to the mainstream: deconstructing science communication as a white, western paradigm. **Journal of Science Communication**, [S.l.], v. 20, n. 1, 2019.

GLOPPEN, Siri. Conceptualizing abortion lawfare. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 17, n. 3, set./dez. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

GOMES, Carla de Castro. Imágenes, afectos y narrativas de aborto: un relato del I Simposio de Arte, Política y Feminismo en Córdoba. Etcétera. *Revista del área de ciencias sociales del CIFYH*, v. 5, p. 1-10, 2019.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 21 ed., p. 67-80, 2002.

GUIMARÃES, Clara; OLIVER, Graciela de Souza. A divulgação científica como domesticação dos saberes em um jornal do ABC Paulista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis, 2013.

GUIMARÃES, Clara; OLIVER, Graciela de Souza. Ciência feminista, história e epistemologia. In: MOURA, Breno; FORATO, Thais Cyrino de Mello. (org.). **Histórias das ciências, epistemologia, gênero e arte: ensaios para a formação de professores**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, p. 237-253, 2017.

HALPERN, Megan. Feminist standpoint theory and science communication. **Journal of Science Communication**, [S.l.], v. 18, n. 4, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 2009.

LEWENSTEIN, Bruce. The need for feminist approaches to science communication. **Journal of Science Communication**, [S.l.], v. 18, n. 4, 2019.

LÖWY, Ilana; DIAS VILLELA CORRÊA, Marilena Cordeiro. The “abortion pill” misoprostol in Brazil: women’s empowerment in a conservative and repressive political environment. **American Journal of Public Health**, v. 110, n. 5, p. 677-684, 2020.

LUNA, Naara. Morte por aborto clandestino na imprensa: Jandira, Eli-zângela e Operação Herodes. **Revista Estudos Feministas**, vol. 25, n. 3, p. 1159-1181, 2017.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu**, n. 56, p. 1-36, 2019.

MCREYNOLDS-PÉREZ, Julia. No doctors required: lay activist expertise and pharmaceutical abortion in Argentina. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [S.l.], v. 42, n. 2, p. 349-375, 2017.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza; RIZZOTTO, Carla Candida; BELIN, Luciane Leopoldo; SARAIVA, Alexia Silva. ¡Aquí Estamos Las Mujeres! A figura feminina nos protestos políticos sul-americanos de 2019 a partir de uma análise de imagens do *Instagram*. **Compolítica**, v. 11, n. 3, p. 55-94, 2021.

REZNIK, Gabriela. **Pertencimento, inclusão e interseccionalidade: vivências de jovens mulheres em projetos orientados por equidade de gênero na educação e divulgação científica**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

REZNIK, Gabriela, MASSARANI, Luisa. Posicionar a divulgação científica em prol da equidade de gênero. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, v. 17, n. 50, p. 181-185, 2022.

ROCHA, Cristianne Maria Famer; MAFFACCIOLLI, Rosana; LENA, Marisangela Spolaôr; FARIA, Mateus Aparecido de; ROLLO, Rosane Machado; COSTA, Nathalia Zorzo. O aborto na mídia: multiplicidades de práticas discursivas sobre direito e crime. **Revista Gênero e Direito**, v. 7, n. 3, p. 84-106, 2018.

SARMENTO, Rayza. Expressões político-digitais de coletivos feministas no *Instagram*. **Revista Alceu**, v. 22, n. 48, p. 86-101, 2022.

SOUZA, Marcelle Cristine de. "**No estás sola**": aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a descriminalização social na América Latina. 2021. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2021.

TARULLO, Raquel; SAMPIETRO, Agnese. "No es tu cuerpo. No es tu derecho": El argumentario visual del movimiento provida argentino en *Instagram*. **Revista de Comunicación**, v. 21, n. 1, p. 411-431, 2022.